



LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

CAROLINE NAVAS NASCIMENTO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA INCLUSÃO ESCOLAR: PESQUISA
RECENTE SOBRE A TEMÁTICA.

CAROLINE NAVAS NASCIMENTO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA INCLUSÃO ESCOLAR: PESQUISA
RECENTE SOBRE A TEMÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação,
Licenciatura em Pedagogia, da FAP –
Faculdade de Apucarana, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado.

Orientadora: Prof^a. Gabriela Sacchelli
da Silva.

**APUCARANA
2019**

CAROLINE NAVAS NASCIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação, Licenciatura em Pedagogia, da FAP – Faculdade de Apucarana, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas, com nota final igual a _____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora Gabriela Sacchelli da Silva.
Faculdade de Apucarana

Prof^a. Paula Tamyres Moía
Faculdade de Apucarana

Prof^a Sirley Biage Maldonado.
Faculdade de Apucarana

Apucarana, _____ de _____ de 2019.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais, aos meus familiares, aos meus amigos que sempre contribuíram e me apoiaram me proporcionando a força para continuar e nunca desistir. Agradeço a minha orientadora e amiga Professora Gabriela Saccheli da Silva.

AGRADECIMENTOS

A Prof^a. Orientadora, Gabriela Saccheli da Silva que sempre me apoiou e que fez de tudo para esse trabalho acontecer.

A minha família por estar na hora que eu mais precisei e lutou muito para eu conseguir terminar esse trabalho.

As minhas amigas que nas horas em que eu pensei em desistir estiveram me apoiando para continuar e me deram muita força.

Aos professores e colegas de curso, que me ajudaram na hora que eu mais precisei, e estavam me apoiando a todo momento.

**“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”
Chico Xavier.**

RESUMO

As relevantes finalidades desta pesquisa, transitaram entre características da aplicabilidade do prognóstico precoce da criança com transtorno do espectro autista (TEA), e a sistematização inclusiva no sistema educacional. A percepção do autismo infantil, dispõe um desempenho diversificado concernente a criança à interdependência social e de intercomunicação, isto posto, o objetivo geral do estudo é a metodização da historicidade do autismo infantil ao dialogar entre a correlação do autismo com características singulares de “psicose” com o “diagnóstico de “distúrbio do desenvolvimento”. Na generalidade, a compreensão das teorias que representam o autismo infantil há incertezas a se considerar e, tal incoerência biológica ou as contrariedades relacionadas a pressuposição precoce nos faz analisar se tais crianças pronunciam-se inteligência com altas habilidades/superdotação. O objetivo específico da investigação procederá na relevância do diagnóstico do autismo para traçar e categorizar o transtorno do espectro autista (TEA) objetivando analisar e identificar a ocorrência da inclusão escolar da criança com transtorno do espectro autista. A metodologia para elaboração da inclusão deu-se através de pesquisas bibliográficas, artigos científicos, livros, políticas educacionais nacionais e internacionais. Concluir-se-á expondo os aspectos apresentados com vistas ao esclarecimento de ambiguidades que circundam sobre a temática exploratória, sem para tanto findar o assunto.

Palavras chaves: transtorno do espectro autista (TEA); autismo infantil; inclusão escolar

ABSTRACT

The relevant purposes of this research, transited between characteristics of the applicability of early prognosis of children with autistic spectrum disorder (ASD), and the inclusive systematization in the educational system. The perception of childhood autism has a diversified performance concerning the child to social interdependence and intercommunication. Thus, the general objective of the study is to methodize the historicity of childhood autism by dialoguing between the correlation of autism with unique characteristics of "psychosis". with the "diagnosis of" developmental disorder. " In general, the understanding of the theories that represent childhood autism has uncertainties to consider and such biological incoherence or setbacks related to early presupposition makes us analyze whether such children pronounce intelligence with high abilities / giftedness. The specific objective of the investigation will be the relevance of the diagnosis of autism to trace and categorize autism spectrum disorder (ASD) aiming to analyze and identify the occurrence of school inclusion of children with autism spectrum disorder. The methodology for the elaboration of inclusion was through bibliographical research, scientific articles, books, national and international educational policies. It will conclude by exposing the presented aspects in order to clarify ambiguities surrounding the exploratory theme, without ending the subject.

Keywords: autistic spectrum disorder (ASD); childhood autism; school inclusion

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TEA – Transtorno do Espectro Autista

CHAT - Check List for Autistic Toddlers

OMS- Organização Mundial de Saúde

SA- Síndrome de Asperger

ONU- Organização das Nações Unidas

ASD- Comprehensive and coordinated efforts for the management of autism spectrum disorders

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. DELIMITAÇÃO METODOLOGICA

1.1 Prognóstico Acadêmico sobre o Autismo Infantil.

1.2 Metodologia

1.3 Pesquisa recente sobre a temática.

1.4 Reflexão Acadêmica sobre o Autismo Infantil

2. HISTORICIDADE E PERPESPECTIVA SOBRE O AUTISMO INFANTIL

2.1 Diagnóstico e Relevante concepção sobre o autismo infantil

3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

3.1 Síndrome de Aspenger (SA)

4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO.

CONCLUSÃO

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende colaborar para a reflexão e debate das questões relativas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) infantil, conhecimento que a investigação tratará através do “estado da arte”, e a recolha de dados se limitará aos artigos científicos publicados no período de 1993 a 2014.

Nomeia, a análise descreve a detecção precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) infantil, por meio de uma elaboração expositiva das pesquisas realizadas nessa temática, utilizando-se de metodologias e autores de alta relevância para estabelecer a melhor abordagem sobre a investigação.

Ao falar sobre autismo, tem-se que ter em mente que a sua conceituação não compreende uma metodização limitada, posto que há diferenças quanto aos seus ensinamentos. Desta feita, o presente trabalho demonstrará a diferenciação da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com altas habilidades/superdotação dos demais casos.

Diante desse contexto, o entendimento acerca da matéria é de extrema relevância, visto que a ponderação entre as questões que norteiam tais noções deve ter equilíbrio entre a sua real necessidade e aplicação.

Historicamente, o estudo sobre o autismo remete-nos as pesquisas feitas por Kanner, médico especialista, este define o autismo como uma "psicose" (Teixeira 2006, p. 3), e aos demais autores, a definição dada ao autismo ou também chamado Transtorno do Espectro Autista (TEA) como sendo "um distúrbio cognitivo que afeta principalmente a comunicação e o social da criança" (ALENCAR; FLEITH, 2001; RANGNI; COSTA, 2011).

A esse propósito, outras anomalias podem vir a ser incorporadas ao diagnóstico autista sendo elas: Transtorno do Déficit de Atenção (TDA); Psicopatia; Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH); e, Transtorno Opositor Desafiador (TOD).

Entretanto, o intuito desta investigação é demonstrar como o TEA é diagnosticado e conceituado, sendo a análise da aplicabilidade de tal diagnóstico importante para a percepção da criança com altas habilidades/superdotação em sua inclusão escolar.

No primeiro capítulo encontra-se descrita as principais pesquisas acadêmicas sobre o autismo infantil. Em síntese, os fundamentos históricos do autismo infantil, ponderando-se as questões do seu prognóstico clínico e as questões que envolvem os princípios norteadores do caso.

No segundo capítulo tracei um histórico mais abrangente sobre o autismo, descrevendo-se suas perspectivas e as principais teorias que abarcam sua concepção.

No terceiro capítulo situa-se a descrição do Transtorno de Espectro Autista (TEA), com seu diagnóstico e característica, posto que as características que permeiam o TEA, bem como a Síndrome de Asperger (SA), nas quais as altas habilidades/superdotação demandam inúmeras singularidades, faz-nos tratar de forma pormenorizada.

O quarto e último capítulo pretende analisar de forma crítica as questões que envolvem a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico autista, analisando –se os princípios norteadores do caso, assim como, apresenta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) que interpõe o suporte na aplicação de legislações educacionais pautando-se na igualdade de condições ao acesso educacional, e no atendimento educacional gratuito aos educandos com necessidades especiais.

Analisar a aplicabilidade do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista na inclusão escolar, com ênfase nas altas habilidades/superdotação. A pesquisa trouxe como base a revisão bibliográfica, artigos, revistas científicas e livros. Sendo o objetivo geral compreender o processo de inclusão, bem como trazer novas perspectivas que possam auxiliar os educadores na sua prática e formação pedagógica.

1. DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

1.1 Prognóstico Acadêmico sobre o Autismo Infantil.

O presente trabalho tem como finalidade a investigação bibliográfica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, fez-se necessária uma pesquisa científica, um estudo exploratório com objetivo de reunir o máximo de informações elementares sobre a temática, ou seja, buscou-se os principais artigos científicos alcançados, atingidos e verificados, aptos a nos fornecer dados novos, atuais e relevantes.

Com base nas informações obtidas, uma tabela será elaborada para melhor compreensão dos fundamentos teóricos revestidos sobre a história do TEA.

A utilização do estado da arte para demonstrar os dados, será de suma importância, visto que esclarecerá, divulgará e refutará o presente estudo, constatando sua veracidade.

Sendo assim, a mais ou menos quinze anos, o Brasil tem procurado aperfeiçoar o “estado da arte”, com o intuito de comprovar as pesquisas bibliográficas e as fontes utilizadas nas pesquisas científicas, para proporcionar ao investigador um melhor acesso às informações, facilitando a pesquisa. Feito, o quadro 1 faz uma análise dos dados, ou seja, o estado da arte demonstrará a reflexão acadêmica sobre o autismo infantil e suas características peculiares.

1.2 Metodologia

O objetivo da metodologia que se aplicará na pesquisa, utilizando-se para tanto o estado da arte, como mencionado, é a recolha de informações que se tornam relevantes, sem esgotar a problemática sobre o tema proposto. Para tanto, se utilizou da análise bibliográfica de livros, doutrinas, artigos científicos e pareceres que certificará, validará e constatará as noções do presente trabalho.

Por conseguinte, ao citar Eva Lakatos e Marina Marconi, “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados,

revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (2003, p. 159).

Além disso, utilizar-se-á de um quadro em colunas como método sistematizado na apresentação dos dados que obedecerá à classificação dos materiais do estudo, ou seja, a metodologia a ser utilizada abrangerá investigações bibliográficas do que já foi referido e reportado sobre a questão com a pretensão de reexame e novo enfoque (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.169).

Nesta perspectiva, fundamentar-se-á as investigações em fundadas teorias, contributo este, dos autores pesquisados sem, entretanto, esgotar a imensa gama de autores renomados sobre a temática proposta.

1.3 Pesquisa recente sobre a temática.

O presente trabalho tem como finalidade a investigação bibliográfica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, fez-se necessária uma pesquisa científica, um estudo exploratório com objetivo de reunir o máximo de informações elementares sobre a temática, ou seja, buscou-se os principais artigos científicos alcançados, atingidos e verificados, aptos a nos fornecer dados novos, atuais e relevantes.

Com base nas informações obtidas, uma tabela será elaborada para melhor compreensão dos fundamentos teóricos revestidos sobre a história do TEA.

A utilização do estado da arte para demonstrar os dados, será de suma importância, visto que esclarecerá, divulgará e refutará o presente estudo, constatando sua veracidade.

Sendo assim, de uns anos para cá, o Brasil tem procurado aperfeiçoar o “estado da arte”, com o intuito de comprovar as pesquisas bibliográficas e as fontes utilizadas nas pesquisas científicas, para proporcionar ao investigador um melhor acesso às informações, facilitando a pesquisa. Feito, a tabela abaixo faz uma análise dos dados, ou seja, o estado da arte demonstrará a evolução histórica do TEA.

1.4 Reflexão Acadêmica sobre o Autismo Infantil

Ante ao exposto, cabe-nos pontuar de forma contundente cada um dos posicionamentos aqui mencionados. Vê-se com base nas informações pesquisadas, a visão de diversos investigadores que discutem e de sobremaneira conduzem na melhor forma de detecção precoce do autismo.

Ao fazer uma verificação cronológica dos artigos científicos tem-se o presente quadro:

Quadro 1. Reflexão histórica dos estudos acadêmicos quanto da caracterização clínica da criança com autismo infantil *

Número	Autor	Título	Instituição	Ano
1	RITVO, Edward R.; RITVO, Eva C. ; BROTHERS, Anne Masson	Genetic and Immunohematologic factors in autismo.	Journal of autismo and Developmental Disords, vol 12, nº 2, p. 109-114.	1982
2	BEREOHFF, Ana Maria P.	Autismo: uma história de conquistas.	Em aberto. Brasília, ano 13, n. 60, out/dez. p. 11-24	1993
3	COSTA, Maria Ione Ferreira da; NUNESMAIA, Henrique Gil da Silva.	Diagnóstico Genético e Clínico do Autismo Infantil	Arq. Neuropsiquiatr	1998
4	BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria	Autismo: breve revisão de diferentes abordagens.	Univerisidade Federal do Rio Grande do Sul; Institute of psychiatry- University of London, Inglaterra.	2000
5	ASSUMPÇÃO JRº, Francisco B.; PIMENTEL, ANA Cristina M.	Autismo Infantil	Revista Brasileira Psiquiatria	2000

6	PEREIRA GONÇALVE S, Edgar de	Autismo: o processo do significado como conceito central.	Revista Portuguesa de Psicossomática, vol. 2, núm. 2, jul/dez, 2000, pp. 35-44 Sociedade Portuguesa de Psicossomática Porto, Portugal.	2000
7	SOUSA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Isabel Margarida Silva Costa dos.	Característica da Síndrome Autista.	https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf	2004
8	KLIN, Ami.	Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.	YALE Child Study Center, Yale University School of Medicine, New Haven, Connecticut, USA.	2006
9	BORGES, Thelma Pontes.	Considerações sobre o autismo infantil.	Mental- ano IV, nº 7 – Barbacena- p. 137-146	2006
10	MATTOS, Laura Kemp de; NUEMBERG, Adriano Henrique.	Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.	Revista Educação Especial.	2011
11	SANTOS, Michele Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza.	Representações Sociais de Professores sobre o Autismo Infantil.	Universidade Federal de Pernambuco, Recife.	2012
12	OLIVEIRA, Juliana de; PAULA, Cristiane Silvestre de	Estado da arte sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil.	Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.1, p. 53-65, 2012	2012
13	ONZI, Franciele	Transtorno do Espectro Autista: a	Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015	2015

	Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo	importância do diagnóstico e reabilitação.		
14	SALDANHA. Ana Elisabete	Conceitos e Diferenças entre Incapacidade e Perturbação do Espectro do Autismo (PEA).	Sapientiae / Revista Angolana de Ciência e Epistemologia, Volume 1, Nº 1, 2015: 143-161	2015
15	TEODORO, Graziele Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena	A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental	Research, Society and Development, vol. 1, nº 2, 2016, págs 127-143.	2016
16	Reis, H. I., Pereira, A. P. S., & Almeida, L	Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo.	Revista Brasileira de Educação Especial, 22(3), 325-336.	2016

* Fonte: autoria própria com base em periódicos (2019).

Com vistas a investigação, analisar-se-á e será objeto de informação cada um destes artigos científicos para melhor compreensão sobre o objeto de estudo, qual seja, o autismo infantil e suas peculiaridades, com maior ênfase no transtorno do espectro autista (TEA).

Tratar-se-á desta forma, de trazer o mínimo de conhecimento sobre a inclusão educacional das crianças com necessidades especiais, sem, entretanto, haver um exaurimento sobre o assunto.

Partindo-se dos ensinamentos iniciais sobre o autismo infantil, remeter-se-á aos primórdios do século XIX, a qual desconhecia-se os comportamentos ditos “irregulares” para determinados sujeitos e, para tal, eram considerados portadores

de características de severa desordem da personalidade, que se manifesta na infância precoce por anormal desenvolvimento de linguagem e relações com os outros, conforme esclarece Maria Costa e Henrique Nunesmaia (1988, p.24).

Com vistas a compreender as características variáveis apresentadas, pesquisadores como Eugen Bleuler, Plouller, Leo Kanner, Ritvo, entre tantos outros pesquisadores pelo mundo, questionaram e buscaram descrever uma evolução para o autismo, fundamentando-se em diagnósticos genético e clínico.

Vê-se que as considerações sobre o autismo infantil se denotam ao estudo de Leo Kanner, compreendida na década 40, e para a visão dos pesquisadores, várias linhas de análise partiram deste estudo e, nos dias atuais, o objetivo ainda é apresentar uma “uniformização do diagnóstico” (COSTA, NUNESMAIA, p.25).

Ainda se torna evidente, as pressuposições em direção as ideias “psicanalíticas”, ou seja, nas palavras de Thelma Borges de que o sujeito advém do encontro entre mais de um espaço psíquico, e nesse encontro algo acontece ou deixa de acontecer, gerando consequências (2006, p. 138).

Compreender-se-á nas palavras da referida autora, que para a psicanálise, o sujeito se constitui por meio de duas operações importantes: a responsável pela formação do eu e pelo advento do sujeito desejante (BORGES,2006, 138).

Para Francisco Assumpção e Ana Cristina Pimentel (2000, p. 37) apesar da extensão conceitual sobre o autismo, torna-se pertinente remeter ao autismo a partir de sua “constelação comportamental”, ou seja, a verificação da apreciação conceitual do autismo na atualidade, por diversos autores, converte-se o autismo dentro de uma abordagem de déficit cognitivo não mais considerando-o uma psicose, mas sim um distúrbio de desenvolvimento.

Em discordância de condições favoráveis ou contrárias aos fatores genéticos no início apresentados ao autismo infantil e esquizofrenia, Ritvo (1982, p. 109) destaca que “o conhecimento de ambos os distúrbios dificulta a análise, e nenhuma evidência forte existe implicando na genética o desenvolvimento de psicoses infantis”.

Para o referido autor, o debate sobre as contribuições relativas as predisposições de crianças para o desenvolvimento do autismo infantil e esquizofrenia sacrificam a credibilidade científica para a ideologia (RITVO, p. 109).

Cleonice Bosa (2000, p. 168) esclarece que os diversos sistemas de estudos baseado em tais critérios, e a problemática, apresenta-se em três domínios:

prejuízos qualitativos de interação, tanto social, verbal e não-verbal, brinquedo imaginativo, bem como o comportamento e interesses restritivos e repetitivos.

Reforçando-se a abrangência de conceituação estabelecidas e remetendo-se para as possibilidades atuais, o autismo ainda possui desafios quanto da sua concepção e determinação, mas mesmo confrontando-se os pesquisadores, os dados acabam por nos levar a crer que o autismo se adentra a uma interpelação cognitiva.

2 HISTORICIDADE E PERSPECTIVA SOBRE O AUTISMO INFANTIL

Ao procurar analisar as questões que permeiam o autismo infantil, percebe-se que sua abordagem deve ser prudente e meticulosa. Para tanto, cabe-nos elencar sua evolução para assim compreender sua sistemática. Partindo-se da evolução, ter-se-á algumas descrições sobre uma provável conceituação de autismo, antes mesmo dos estudos envolvendo Kanner.

Pedro Sousa e Isabel Santos (2004, p. 3) fazem referência ao estudo de Itard, no século XIX, em 1801, no qual o estudioso refere-se ao “autismo” como sendo “crianças invulgares”, exemplificando para tanto, Vitor, o rapaz selvagem de Aveyron.

O termo autista foi inserido na literatura psiquiatria no ano de 1906, por Ploullier e, somente em 1911, conforme pesquisas, Eugene Bleuler difundiu o autismo como se referindo a “representação do quadro de esquizofrenia” (SOUSA; SANTOS, 2004, p. 3).

Ante ao exposto, somente em 1942, por intermédio do estudo sobre distúrbios autísticos que o psiquiatra norte americano Leo Kanner subscreveu, que o termo autismo ganhou maior evidência, ou seja, através do relato facultado por Kenner sobre os “distúrbios autísticos do *contacto afectivo*”, assim nomeado, que se difundiu um “quadro caracterizado por autismo extremo, obsessividade, estereotipias e ecolalia” (ASSUMPÇÃO/ PIMENTEL, 2000, p. 37).

Em 1993, a Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui o autismo na classificação mundial de doenças, bem como em 02 de abril de 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o primeiro Dia Mundial sobre a Conscientização

do Autismo. No ano de 2010, o secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon evidência a importância da inclusão social do autista (<https://news.un.org/pt/>).

Em maio de 2014, na 67ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2014 foi aprovada resolução “*Comprehensive and coordinated efforts for the management of autism spectrum disorders*” (ASD) empenhados no contributo de proporcionar capacitação para se lidar com o transtorno do espectro autista, bem como problemas correlatos. (<https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>).

Perante ao exposto, cabe-nos detectar as noções sobre o que define autismo infantil. Ao citar autores de renome como Howlin, Varon-Cohen e Hadwin, Ana Saldanha, aponta suas perspectivas:

Defendem que o autismo é um transtorno complexo que afecta muitos aspectos do funcionamento da criança. A comunicação, assim como o desenvolvimento social, vê-se seriamente perturbados, inclusive em indivíduos com inteligência não-verbal. Estas dificuldades estão exacerbadas por rígidos padrões do comportamento, interesses obsessivos e rotinas (2015, p. 149).

E para tanto, o exame de crianças que apresentavam tais características, reforçava uma relação e semelhança com a esquizofrenia. Entretanto, novos pesquisadores foram surgindo, e uma nova concepção do autismo viria a ser relacionada, qual seja: a de que estes possuíam um déficit cognitivo, não mais sendo considerados como possuidores de certa “psicose” como assim determinava Kanner, mas que o autista apresentava um “distúrbio do desenvolvimento”, nas palavras de RITVO (1976 *in* ASSUMPÇÃO, p. 37).

Nesse ínterim, baseando-se nas teorias apresentadas, “teoria psicogênica” em contrapartida a “teoria da disfunção biológica” (distúrbio de desenvolvimento), acredita-se que nos dias atuais que o autista possui “características de uma disfunção biológica estrutural ou funcional que altera gravemente o desenvolvimento e a maturação do Sistema Nervoso Central”, nas palavras de Ana Maria Bereohff (1993, p. 11).

No entanto, a situação ainda não se encontra pacificada e conforme cita Pereira Gonçalves (2000, p. 36):

a procura sistemática de dois grupos de factores etiológicos da perturbação; por um lado aqueles que sendo de natureza biológica, causariam uma disfunção e conduziriam a um qualquer déficit cognitivo; por outro lado, que tipo de déficit se tornaria responsável pelo processo alterado de aprendizagem, ou seja, pelo processo de desenvolvimento psico-social, e

que levaria aos comportamentos típicos destas pessoas, tal como os conhecemos

Isto é, os avanços embora com certas ressalvas nos expõem nos termos de Cleonice Bosa (2000, p. 175):

as interpretações psicanalíticas quanto à gênese do autismo e alguns tratamentos e as observações realizadas pelos seus proponentes têm sido confirmadas em estudos contemporâneos e muito contribuiu para a disseminação do conhecimento sobre as características dessa síndrome

E como conceituar ou definir o autismo? Com base nas informações, o mais próximo conceito que ter-se-á é “um transtorno invasivo do desenvolvimento, caracterizado por prejuízos na interação social, atraso na aquisição da linguagem e comportamentos estereotipados e repetitivo” (JOHNS HOPLINS *in* TEIXEIRA, 2006, p. 101).

O autismo também pode ser considerado nas palavras de Gillbert como uma síndrome comportamental com etiologias diferentes na qual o processo de desenvolvimento infantil encontra-se profundamente distorcido (CLEONICE BOSA, 2000, p. 167).

Leboyer citado por Santos e Santos (2012, p. 364) posiciona de forma crítica, pois na sua visão o “autismo é um distúrbio do desenvolvimento a tal ponto complexo que nenhum modelo, nenhuma abordagem clínica, metodológica ou terapêutica poderia por si mesmo, abranger a verdade”.

Para a Organização Mundial de Saúde- OMS:

Autismo é uma síndrome presente desde o nascimento e se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de idade. Caracteriza-se por respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa a aparecer, e quando isto acontece, notam-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical imatura, incapacidade de usar termos abstratos. Há também em geral, uma incapacidade na utilização social, tanto na linguagem verbal como da corpórea. Ocorrem problemas muito graves de relacionamento social antes de cinco anos de idade, como incapacidade de desenvolver contato olho no olho, ligação social e jogos em grupos. O comportamento é usualmente ritualístico e pode incluir rotinas anormais, resistência a mudanças, ligação a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado. A capacidade para pensamento abstrato-simbólico ou para jogos imaginativos fica diminuída. A performance é com frequência melhor em tarefas que requerem memória simples ou habilidade viso-espacial, comparando-se com aquelas que requerem capacidade simbólica ou linguística (OMS- 1984).

A de mencionar que existem a consideração de duas vertentes de deficiência no autismo infantil: a primária e a secundária. Para a autora Ana Maria Berehohff a primeira está relacionada com os problemas subjacentes de compreensão e motricidade, e, a secundária relaciona-se com “os distúrbios de comportamento consequentes da deficiência primária (1993, p. 12).

Ao analisar o exposto, percebe-se a dificuldade em definir de forma clara e precisa o conceito de autismo, ou seja, o autismo é abrangente no trato comportamental e explora-lo acaba por nos vincular em causas estabelecidas nas diversas possibilidades existentes.

O que considero, a partir desta breve tentativa de esclarecer a evolução histórica do autismo é que ainda se faz necessário clarificar alguns pontos importantes para assim poder entender sua metodização.

E o presente estudo não há de exaurir todas as possibilidades, mas abrirá uma porta para que novos estudos acerca do assunto possam elucidar a problemática do que se pode interpretar sobre o distúrbio autístico. E para tanto, passar-se-á a análise de como é feito um diagnóstico do autismo infantil.

2.4 Diagnóstico e Relevante concepção sobre o autismo infantil

A questão agora que nos é colocada, é em relação ao diagnóstico do autismo infantil. Como informado anteriormente, a definição do autismo infantil esbarra nas concepções do mundo científico, pois temos de um lado a visão da teoria psicogênica e a da teoria da disfunção biológica.

Desta maneira, procurar-se-á examinar o diagnóstico do autismo infantil. Para assim, compreender melhor a detecção do autismo, tendendo por uma abordagem de extrema prudência.

Nas palavras de Bernard Golse (2005, p. 428), “a detecção precoce do autismo infantil condiciona em grande parte a qualidade do prognóstico cognitivo”, ou seja, a detecção poderá ser feita nos primeiros anos de vida da criança utilizando-se da técnica do “*Check List for Autistic Toddlers*” – CHAT. Entretanto, a dê saber que nem sempre a detecção segue tais parâmetros.

Ao buscar mais informações acerca do assunto, Teixeira (2006, p..28), pondera em seu livro, que “os transtornos comportamentais em crianças,

apareceram antes do século XVI onde as crianças não tinham estímulos de brincar, de expressar os seus pensamentos, suas vontades”, ou seja, não tinham diagnósticos precisos para qualificar seu comportamento, que muitas vezes era reduzido a um “*déficit neurodesenvolvimental*” (GOLSE, 2005, p. 428).

A problemática do diagnóstico ao longo dos anos elevou as discussões sobre o diagnóstico comportamental de crianças que à época não possui uma definição clara. Um dos primeiros termos reconhecidos foi a nomeação de tais transtornos comportamentais como sendo “autismo de Kanner”, ou distúrbios autísticos do contacto afetivo. Pode-se destacar em França, que a denominação ao prognóstico dado ao autismo infantil era de uma criança como uma “doença ou deficiência mental” (GOLSE, 2005, p. 429).

A análise de prevenção vem para validar uma das primeiras abordagens ou até mesmo descrição deste conjunto de sintomas. Trata-se do estudo exposto por Leo Kenner, em 1943, na qual foram analisadas 11 crianças que apresentavam características de certa forma consideradas comuns: “incapacidade de se relacionarem com outras pessoas; severos distúrbios de linguagem e uma preocupação obsessiva pelo que é imitável – denominado *autismo infantil precoce*” (BOSA, 2000, p.167)

Vê-se que o prognóstico precoce nos permite a antecipação no tratamento este deve nitidamente “intervir antes da constituição do quadro completo”, isto é, caso seja detectado a deficiência, em especial o cognitivo, poder-se-á realizar recursos terapêuticos precoces (GOLSE, 2005, p. 429).

Entretanto, não poder-se-á dizer que isso ocorre em todos os casos, pois discussões e estudos existem e não é algo consensual de que o diagnóstico precoce pode retardar os sintomas nos primeiros períodos de vida da criança autista, pois tem-se que levar em conta a individualidade de cada criança, e pelo fato de que cada criança diferentemente, e distintamente, pode possuir alto ou baixo nível de funcionamento (QI limite de aproximadamente 70) (GOLSE, 2005, p. 430).

Desta feita, percebe-se que o diagnóstico do autismo infantil é extremamente complexo e como diz Francisco Assumpção e Ana Pimentel:

“exige-se que abordagens multidisciplinares sejam efetivas visando não somente a questão educacional e da socialização, mas principalmente a questão médica e a tentativa de estabelecer etiologias e quadros clínicos bem definidos, passíveis de prognósticos precisos e abordagens terapêuticas eficazes” (2000,p. 39).

Nesta ocorrência, o diagnóstico ainda é considerado de forma errônea “não constatável” ou de “difícil determinação”. Indo mais longe, verifica-se que como não é possível obter uma definição clara do que se compreende por autismo infantil, tal situação cria “dificuldades para a elaboração de instrumentos precisos e adequados que pudessem ser utilizados na avaliação e diagnósticos desses casos”, como bem pontua Ana Maria Berehff (1993, p. 12).

Será com vistas a esta busca que ter-se-á um grande avanço nas pesquisas e serão possíveis a identificação e a disseminação do conhecimento nesta área, levando as futuras gerações a ter de forma efetiva um diagnóstico.

2.5 Síndrome de Asperger (SA)

Ao contrapor o autismo em relação a Síndrome de Asperger (SA) poder-se-á dizer que o SA tem como particularidade, défices na interação social, limitação no interesse e no comportamento assim como no autismo.

Entretanto, apresenta diferentemente do autismo, a falta de qualquer retardo clinicamente significativo na linguagem falada ou na percepção da linguagem, no desenvolvimento cognitivo, nas habilidades de autocuidado e na curiosidade sobre o ambiente, como bem esclarece Ami Klin (2006, p, 8).

Historicamente, o pesquisador austríaco Hans Asperger, em 1944, observou quatro crianças que apresentavam um quadro de dificuldade de integração social. A pesquisa por ele feita, diferentemente de Kanner, que observou onze crianças, fez surgir a denominação “psicopatia autística”.

E como correlacionar as duas pesquisas feitas? Primeiramente, as duas pesquisas ocorreram de forma distinta, e os mesmos não tiveram acesso ou troca de informações quanto da investigação. Por isso, cada qual denominou seu estudo conforme a verificação comportamental de suas pesquisas.

A psicopatia autística nas palavras de Klin (2006, p. 8) é compreendida como sendo “um transtorno estável de personalidade marcado pelo isolamento social”. A referida autora ainda continua:

apesar de ter as habilidades intelectuais preservadas, as crianças apresentam um notável pobreza na comunicação não verbal, que envolvia tanto gestos como tom afetivo de voz, empatia pobre e uma tendência a intelectualizar as emoções, uma inclinação a ter uma fala prolixa, em monólogo e às vezes incoerente, uma linguagem tendendo ao formalismo, interesses que ocupam totalmente o foco da atenção envolvendo tópicos não usuais que dominavam sua conservação, e incoordenação motora (2006, s8).

Percebe-se, das pesquisas referidas e dos vários estudos na tentativa de validação do SA como sendo distinto do autismo, este parecer não obtém consenso dentro da área de pesquisa internacional, ou seja, dada a falta precisa de diagnóstico, a SA funciona como “ um diagnóstico residual” (KLIN, p. 9).

Sendo assim, com demonstração dos prejuízos que cercam tal prognóstico fica difícil obter padrões claros quanto da distinção entre o autismo e a Síndrome de SA.

3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda não possui critério específico, ou seja, apresenta-se ainda com diferentes prognósticos em sua classificação levando a conceituação de uma condição de psicose ou de ser um transtorno global de desenvolvimento. O contributo para não haver um conceito efetivo, leva-se em conta aos estudos e investigações feitas até o presente momento, pois um aumento da frequência de casos tem permitido um melhor reconhecimento, bem como sua detecção precoce que acaba por facilitar sua prevalência nas investigações e estudos.

Nesse sentido, é evidente que houve alterações do termo “autismo” no decorrer das décadas, conforme bem descrito nos capítulos anteriores, e será através da investigação feita até o presente momento que passar-se-á a ser utilizado de forma mais veemente, o termo “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”.

Metring destaca que o transtorno do espectro autista possui características essenciais, e acaba por se distinguir dos demais casos, ou seja, diferencia-se por apresentar um quadro de: i) déficit persistente na comunicação social, reciprocidade e interação social; ii) padrões restritivos e repetitivos de comportamento das atividades e do interesse (2016, p.188).

Desta feita, pode-se dizer que TEA define-se, nas palavras de Franciele Onzi e Roberta Gomes como sendo:

“Prejuízos persistentes na comunicação e interação social, bem como nos comportamentos que podem incluir os interesses e os padrões de atividades, sintomas estes presentes desde a infância que limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo” (2015, p.188)

E para as referidas autoras há “ três subcategorias” que fazem parte do TEA, quais sejam: “no nível um, o indivíduo exige apoio; no nível dois, exige apoio substancial; e no nível três exige muito apoio substancial” (ONZI;GOMES, p. 189).

Ademais, estas, defendem que o TEA por sua complexidade, e pela dificuldade de diagnosticar precisamente, torna imprescindível a continua investigação, para se avançar cientificamente no diagnóstico e no processo de reabilitação (ONZI;GOMES, p. 189).

Desta feita, fica evidenciado que o apoio desde o momento do diagnóstico reverbera e muito na vida da criança, pois será conseqüentemente, com o apoio dos familiares, bem como dos próprios educadores que a infância, juventude e até mesmo a fase adulta desse indivíduo não os tornará pessoas limitadas no seu trato pessoal, social e profissional.

Percebe-se que o TEA mesmo limitando consideravelmente na capacidade de consumação das atividades diárias, bem como na inter-relação com a sociedade, não se pode negar a estes, conquistas educacionais, conquistas pessoais e, até mesmo em conquistas laborais (OMS).

Sabe-se que não é fácil aos responsáveis cuidar de crianças com necessidades especiais, tem em vista não somente a responsabilidade ou ônus emocionais e econômicos, mas muitas vezes é a dificuldade na obtenção de acesso e apoio aos serviços mínimos aos quais estes têm direito, e que lhe são propostos de forma inadequada (OMS).

Ao analisar pontualmente as características do TEA e, de certa forma não fazer uma análise limitada em sua caracterização, perceberá que individualmente e qualitativamente, anormalidades aos quais estes possuem podem ser: graves ou não, invasivas e abrangentes ou não, isto é, o que estar-se-á a dizer, que as características de anormalidades serão expressa dependendo do comprometimento que se manifestará em seu desenvolvimento de interação social recíproca; linguagem e comunicação; e, presença ou repertório de comportamento e interesses restritos, repetitivos e estereotipados (ONZI;GOMES, p. 191)

O que é importante? O diagnóstico precoce específico, para que assim haja “intervenção e uma maior chance de desenvolvimento do sujeito em suas potencialidades e inclusão social” (TEODORO; GOMINHO; HACHEMINE, p. 131) e, para encontrar um tratamento adequado conforme a necessidade.

Para Teodoro, Gominho e Hachemine:

É importante que haja um diagnóstico precoce, para isso é necessário que se tenha um trabalho em conjunto com diversas áreas, principalmente a saúde, educação, ou seja, é necessário que se reconheça e se atenha as características do autismo o mais cedo possível, mas o mais importante do que o diagnóstico precoce é a intervenção precoce [...]. O trabalho multidisciplinar no tratamento de pessoas com autismo envolve profissionais de diversas áreas como fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, pedagogia, psiquiatria, terapia ocupacional e entre outros (2016, p. 131).

Existe leis que determinam expressamente a inclusão do sujeito diagnosticado com TEA, como mencionado até mesmo pelos órgãos internacionais. Entretanto, como verificado, pessoas diagnosticadas com TEA possuem características individuais e possuem especificidades próprias, o que dificulta as condições de individualização de ensino em diferentes graus de adaptação e apoio, como bem esclarece Teodoro, Gominho e Hachemine (2016, p. 132).

Conforme Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“é considerado público-alvo da Educação Inclusiva: Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (TEODORO; GOMINHO; HACHEMINE, p. 132).

Desta forma, a OMS solicita o reconhecimento da necessidade de fortalecimento da capacidade na promoção de saúde e bem-estar de todas as pessoas com TEA, enforcando-se em contribuir com esforços de comprometimento dos governos e aplicação da discussão internacional sobre o autismo, bem como procurar criar políticas e planos de ação eficaz na abordagem do TEA com estratégias aplicáveis para avaliação e tratamento do TEA.

4 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO.

O grande problema sobre a inclusão escolar de uma criança com prognóstico de transtorno do espectro autista leva-nos a uma grande discussão, qual seja: se realmente há inclusão ou uma exclusão. Partindo-se deste pressuposto, cabe-nos ponderar as práticas de formação de tais operadores na escola.

O conflito existente remete-nos há uma percepção histórica, social e até mesmo política, ou seja, há um determinado fortalecimento nos processos de inclusão, mas ao mesmo tempo o de exclusão – há consideração de um indivíduo problema- vendo-se as questões múltiplas de identificação precoce da criança com transtorno do espectro autista esbarrar em características peculiares de uma prática rotineira da sociedade, isto é, os mecanismos educacionais ainda perpetuam “um cotidiano escolar de tradições e rituais homogeneizantes”, como bem esclarece Marisa Rocha (2008, p. 478).

E como proceder nestas questões? Como garantir o direito de acesso as instituições e serviços de ensino? Constata-se de modo geral, a dificuldade na garantia do direito de matrícula ou de acesso, posto que, as escolas ampliam ações preventivas e acabam por desviar os preceitos legais da LDB/96, que trata da “inclusão de alunos especiais na escola regular” (MARISA, 2008).

Em síntese, para Reis (2016, p. 333) se ponderar a aplicação em um “conjunto de práticas sustentando a importância de uma intervenção o mais precoce possível”, ou seja, se aplicar “políticas na educação” de forma contínua evitando-se o isolamento, evitando-se a *culpabilização dos professores* e alunos pela 'defasagem' e excluindo-os de uma efetiva interferência na lógica que dá sentido à formação instituída” (ROCHA, p. 478) verificar-se-á formas eficazes na inclusão escolar.

Salienta Marisa Rocha (2008, p. 478):

“escola é uma rede complexa de ações e proposições em que se constrói uma diversidade de caminhos possíveis de serem trilhados, dentre os quais as sucessivas práticas de exclusão do que não se encaixa nas expectativas construídas nas tradições e/ou nos novos manuais de produtividade, sendo o sufocamento do coletivo um dos principais efeitos”.

É importante destacar o papel do profissional da educação, nas palavras de Metring (2006) “o educador deve ser o facilitador na aprendizagem para os alunos com TEA, bem como, o “apoio pedagógico é fundamental para se alcançar o patamar de aprendizagem que estes alunos necessitam”.

O que se espera dos docentes, *são mecanismos diferenciados para propor atividades com oralidade, leitura e escrita dos alunos autistas*, com vistas a inclui-los dentro do regime regular escolar a que se encontra inserido.

Metring (2016) acentua:

para o autista o caminho percorrido na fase escolar não é um caminho fácil de se seguir, no entanto com muito trabalho e empenho, a cada meta traçada ao longo da vida escolar do TEA será certamente atingida". "As crianças autistas devem ser inseridas em um meio, o menos restrito possível, e, sempre que possível, em turmas regulares colocando um crescente desafio aos profissionais, passando a ser destes a responsabilidade na promoção de experiências de aprendizagem que podem ser bem-sucedidas para estas crianças bem também para todas as outras que partilham meios inclusivos (2016, p.188).

Seguindo-se a mesma sistemática, Nuner (2008) descreve que:

“o profissional da educação deve traçar algumas metas para orientar os alunos com TEA nas suas dificuldades de aprendizagem, fazendo com que os mesmos em sala de aula aprenda o que for de mais necessário para suprir o seu aprendizado corretamente” (2008).

Verifica-se que a maioria dos pesquisadores apontam para uma maior inclusão na educação dos alunos com transtornos do espectro autista, uma vez que, comprovadamente “resultados do desempenho de indivíduos com transtorno do espectro autista apresentam certa diversificação, como mencionado anteriormente, e aos indivíduos que apresentam “superdotação/altas habilidades” (PIEIDADE, 2016) tem levado ao aumento dos estudos sobre a temática.

Para tanto, comparando-se os estudos inicialmente desenvolvidos na década de 1980, com os dias atuais, conforme destaca Pereira, estes merecem de forma efetiva uma abordagem mais eficaz, com identificação dos padrões, para assim alcançar as necessidades e expectativas destes alunos, ou seja:

“Evidenciam-se carências em ações pedagógicas que atendam de forma eficaz as necessidades e expectativas desses alunos, seja nos programas especiais, seja nos espaços regulares de ensino. Essa defasagem existe a necessidade de realização de trabalhos mais específicos de modificações

curriculares voltados a atender esse aluno nas escolas regulares, ampliando para além dos atendimentos educacionais especializados”. (2004, p.17).

Para Pereira (2014) o meio escolar e até mesmo os currículos escolares tem muitas dificuldades em planejar os conteúdos para os alunos que estão com os níveis superiores do ensino.

[...] educadores questionam-se quanto ao aprofundamento de conteúdos somente para alunos de altas habilidades ou para o grupo todo. Indagam se precisam se preocupar com o aluno que se destaca em todas as matérias, já que há outros que precisam de suporte por apresentar dificuldades. Pontuam se podem dispensar o aluno de altas habilidades de suas aulas, ou, ainda se aproveitam o aluno com grande facilidade para a aprendizagem em monitorias. Discutem promoções ou acelerações de ano/série como forma de ajustamento. Angustiam-se quando percebem que o aluno com potencial superior não produz satisfatoriamente em sala de aula ou que ele, professor, terá de vivenciar a experiência de conviver com esse aluno com altas habilidades/ superdotação diariamente, provendo estímulos e atividades que sejam estimulantes para ele. (PEREIRA, 2004, p.314).

Segundo Piedade (2016): “

há um insegurança por parte dos profissionais da educação em relação aos alunos com altas habilidades/superdotação, pois esses alunos são esquecidos e são poucos estimulados na escola. No contexto escolar tem muitas escolas que não estão preparadas para atender e suprir a necessidade educacionais desses alunos. Quanto antes for descoberta as habilidades em crianças com altas habilidades/ superdotação, os professores têm mais tempo e possibilidades para trabalhar com as mesmas”

Verifica-se que os profissionais que se encontram preparados em competências capazes de auxiliar estas crianças, os mesmos acabam por expressar maior entusiasmo, aumentando sua autoconfiança, bem como cooperam para com estes profissionais (GARDNER; FELDMAN; KRECHEVSKY, p 11, 2001b).

Outro fator preponderante, é a disponibilidade de recursos para acompanhar os alunos com altas habilidades/superdotação. Na medida que a atuação de profissionais qualificados, com execução de atividades multidisciplinares agregam de forma conjunta, perfazendo um apoio eficaz no processo educativo, levando-os a direcionamentos que os fazem aprender sem demonstrar desinteresse (Piedade, 2016).

Como bem exemplifica Piedade (2006):

“Logo, a ampliação de conhecimento sobre as altas habilidades/superdotação na formação de professores é um passo fundamental para que esses possam atuar na identificação e também na compreensão de como lidar com esses alunos no dia-a-dia escolar” (2016.p79)

Conclui-se que a educação empregada de forma objetiva e eficaz impulsiona o desenvolvimento dos alunos com altas habilidades/superdotação levando-os a alcançar desempenhos surpreendentes.

CONCLUSÃO

O autismo infantil correspondente de certa obscuridade trouxe para esta composição multifacetada abordagens multidisciplinares com o escopo de efetivamente visar a análise do que poder-se-á fazer diante de suas relevantes finalidades trazendo debates investigativos com questões conceituais e educacionais em sua sociabilização para a inclusão escolar dos sujeitos diagnosticados com necessidades especiais.

O estudo partindo-se da investigação de Kanner deu abertura para analisar as pertinentes definições do transtorno do espectro autista (TEA) com vistas a aplicação de diagnósticos precoces, mas essencialmente descrever questões de ordem médica ao tentar estabelecer prognósticos fundamentais para um tratamento terapêutico eficaz.

Para chegarmos em alguns dados relevantes sobre o TEA, foi de suma importância o estudo e pesquisa efetiva das mais recentes pesquisas no meio acadêmico. Desta forma, a descrição nos aproximou de soluções relevantes para ultrapassar obstáculos impostos na inclusão e escolarização dos diferentes tipos de crianças diagnosticadas com TEA.

Percebe-se que para alcançar tal objetivo é necessário ampliar a rede de relações entre política governamental, familiar, social e escolar, ou seja, é necessária uma ruptura com o histórico escolar de exclusão existente, promovendo formas de inclusão destas diferentes crianças que até o momento são excluídas de novas experiências educacionais por conta da falta de atendimento especializado.

Somente a partir de um atendimento especializado, crianças diagnosticadas com TEA e/ou Síndrome de Asperger – crianças diferenciadas pela elevada habilidade/superdotação – constituídas de direitos (LDB/96) poderão obter tratamento diferenciado com modelos científicos pragmáticos, tendo acesso a uma educação em um cenário ainda de incertezas.

A inclusão necessita de maior conscientização, e com aceitação das diversidades a eles inerentes, com convivência benéfica, trará para a vida destas crianças/ alunos um convívio harmonioso dentro da comunidade escolar.

Faz-se necessária a preparação dos professores com formação continuada, bem como especialização efetiva em áreas de educação especial, para que o aluno especial se sinta confortável para integrar-se efetivamente nas dinâmicas sociais e valorando sua inter-relação nas trocas sociais.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOSA, Cleonice. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre. Vol. 13, n. 1 (2000), p. 167-177.

CRESPO, Fernanda de Azevedo. **Inclusão e Escolarização de Pessoas Especiais na Escola** in BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org). Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. 192p.

Disponível em: <https://news.un.org/pt/>. Acesso 17/10/2019.

Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>. Acesso 17/10/2019.

GOLSE, Bernard. Autismo infantil: despiste e prevenção. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., VIII, 3, 428-442.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

METRING, Roberte. **Neuro Psicopedagogia e Aprendizagem**. Ed. Wak, Rio de Janeiro 2016.

OLIVEIRA, Juliana de; PAULA, Cristiane Silvestre de. **Estado da arte sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil**. Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.1, p. 53-65, 2012.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E REABILITAÇÃO** in Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979/967>>. Acesso em: 09 out. 2019.

Pereira Gonçalves, Edgar de. **Autismo**: O processo do significado como conceito central. Revista Portuguesa de Psicossomática, vol. 2, núm. 2, jul/dez, 2000, pp. 35-44 Sociedade Portuguesa de Psicossomática Porto, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720204>. Acesso em 16/10/2019.

PIEIDADE, Maria da Piedade Resende da Costa. **Altas Habilidades/ Superdotação**. Ed. Wak Rio de Janeiro, 2016.

RAIMUNDO, Jose Reimundo Facion **Transtornos do desenvolvimento e comportamento**. 3ª Edição. Ed. IBPEX Curitiba, 2007.

Reis, H. I., Pereira, A. P. S., & Almeida, L. (2016). Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, 22(3), 325-336.

ROCHA, Marisa Lopes da. **Inclusão ou Exclusão?** Produção de subjetividade nas práticas de formação. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul./set. 2008.

SALDANHA. Ana Elisabete. Conceitos e Diferenças entre Incapacidade e Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Sapientiae / Revista Angolana de Ciência e Epistemologia, Volume 1, Nº 1, 2015: 143-161.

SOUSA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Isabel Margarida Silva Costa dos. Característica da Síndrome Autista. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf> . Acesso em 16/10/19.

TEIXEIRA, Gustavo. **Transtorno Comportamentais na Infância e Adolescência**. 1ª Reimpressão . ed. Rubio Ltda Rio de Janeiro, 2006.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. Research, Society and Development, vol. 1, nº 2, 2016, págs 127-143.

Disponível em: https://www.who.int/mental_health/maternal-child/WHA67.8_resolution_autism.pdf . Acesso 17/10/2019.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso 17/10/2019.

CRESPO, Fernanda de Azevedo. **Inclusão e Escolarização de Pessoas Especiais na Escola** in BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org). *Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. 192p.

METRING, Roberte. **Neuro Psicopedagogia e Aprendizagem**. Ed. Wak, Rio de Janeiro 2016.

OLIVEIRA, Juliana de; PAULA, Cristiane Silvestre de. **Estado da arte sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil**. Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.1, p. 53-65, 2012.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E REABILITAÇÃO** in Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979/967>>. Acesso em: 09 out. 2019.

Pereira Gonçalves, Edgar de. **Autismo**: O processo do significado como conceito central. Revista Portuguesa de Psicossomática, vol. 2, núm. 2, jul/dez, 2000, pp. 35-44 Sociedade Portuguesa de Psicossomática Porto, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720204>. Acesso em 16/10/2019.

PIEIDADE, Maria da Piedade Resende da Costa. **Altas Habilidades/ Superdotação**. Ed. Wak Rio de Janeiro, 2016.

RAIMUNDO, Jose Reimundo Facion **Transtornos do desenvolvimento e comportamento**. 3ª Edição. Ed. IBPEX Curitiba, 2007.

Reis, H. I., Pereira, A. P. S., & Almeida, L. (2016). Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(3), 325-336.

ROCHA, Marisa Lopes da. **Inclusão ou Exclusão?** Produção de subjetividade nas práticas de formação. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul./set. 2008.

SALDANHA. Ana Elisabete. Conceitos e Diferenças entre Incapacidade e Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). *Sapientiae / Revista Angolana de Ciência e Epistemologia*, Volume 1, Nº 1, 2015: 143-161.

SOUSA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Isabel Margarida Silva Costa dos. Característica da Síndrome Autista. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf> . Acesso em 16/10/19.

TEIXEIRA, Gustavo. **Transtorno Comportamentais na Infância e Adolescência**. 1ª Reimpressão . ed. Rubio Ltda Rio de Janeiro, 2006.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. *Research, Society and Development*, vol. 1, nº 2, 2016, págs 127-143.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BOSA, Cleonice. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre. Vol. 13, n. 1 (2000), p. 167-177.

ROCHA, Marisa Lopes da. Inclusão ou Exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul./set. 2008.

CRESPO, Fernanda de Azevedo. Inclusão e Escolarização de Pessoas Especiais na Escola *in* BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org). *Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. 192p.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E REABILITAÇÃO. **Revista Caderno Pedagógico**, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <<http://univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979/967>>. Acesso em: 09 out. 2019

TEIXEIRA, Gustavo Teixeira . *Transtorno Comportamentais na Infância e Adolescência 1ª Reimpressão* . ed. Rubio Ltda Rio de Janeiro, 2006.

PIEIDADE, Maria da Piedade Resende da Costa, *Altas Habilidades/ Superdotação* . ed. Wak Rio de Janeiro, 2016.

METRING, Roberte Metring *NeuroPsicopedagogia e Aprendizagem* . ed. Wak, Rio de Janeiro 2016.

RAIMUNDO, Jose Reimundo *Facion Transtornos do desenvolvimento e comportamento*. 3ª Edição. Ed. IBPEX Curitiba, 2007.

Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>. Acesso 17/10/2019.

Disponível em: <https://news.un.org/pt/>. Acesso 17/10/2019.

GOLSE, Bernard. Autismo infantil: despiste e prevenção. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, VIII, 3, 428-442

Número	Autor	Título	Instituição	Ano
1	RITVO, Edward R.; RITVO, Eva C. ; BROTHERS, Anne Masson	Genetic and Immunohematologic factors in autismo.	Journal of autismo and Developmental Disords, vol 12, nº 2, p. 109-114.	1982
2	BEREOHFF, Ana Maria P.	Autismo: uma história de conquistas.	Em aberto. Brasília, ano 13, n. 60, out/dez. p. 11-24	1993
3	COSTA, Maria Ione Ferreira da; NUNESMAIA, Henrique Gil da Silva.	Diagnóstico Genético e Clínico do Autismo Infantil	Arq. Neuropsiquiatr	1998
4	BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria	Autismo: breve revisão de diferentes abordagens.	Univerisidade Federal do Rio Grande do Sul; Institute of psychiatry- University of London, Inglaterra.	2000
5	ASSUMPÇÃO JRº, Francisco B.; PIMENTEL, ANA Cristina M.	Autismo Infantil	Revista Brasileira Psiquiatria	2000
6	PEREIRA GONÇALVES, Edgar de	Autismo: o processo do significado como conceito central.	Revista Portuguesa de Psicossomática, vol. 2, núm. 2, jul/dez, 2000, pp. 35-44 Sociedade Portuguesa de Psicossomática Porto, Portugal.	2000
7	SOUSA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Isabel Margarida Silva Costados.	Característica da Síndrome Autista.	https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf	2004

8	KLIN, Ami.	Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.	YALE Child Study Center, Yale University School of Medicine, New Haven, Connecticut, USA.	2006
9	BORGES, Thelma Pontes.	Considerações sobre o autismo infantil.	Mental- ano IV, nº 7 – Barbacena- p. 137-146	2006
10	MATTOS, Laura Kemp de; NUEMBERG, Adriano Henrique.	Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.	Revista Educação Especial.	2011
11	SANTOS, Michele Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza.	Representações Sociais de Professores sobre o Autismo Infantil.	Universidade Federal de Pernambuco, Recife.	2012
12	OLIVEIRA, Juliana de; PAULA, Cristiane Silvestre de	Estado da arte sobre a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil.	Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.1, p. 53-65, 2012	2012
13	ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo	Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação.	Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015	2015
14	SALDANHA. Ana Elisabete	Conceitos e Diferenças entre Incapacidade e Perturbação do Espectro do Autismo (PEA).	Sapientiae / Revista Angolana de Ciência e Epistemologia, Volume 1, Nº 1, 2015: 143-161	2015
15	TEODORO, Grazielle	A inclusão de alunos com	Research, Society and Development, vol. 1, nº 2, 2016, págs 127-143.	2016

	Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena	Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental		
16	Reis, H. I., Pereira, A. P. S., & Almeida, L	Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo.	Revista Brasileira de Educação Especial, 22(3), 325-336.	2016